BOLETIM DO TEMPO PRESENTE
ISSN 1981-3384

Legendas iguais, mas pretensões diferentes: uma análise sobre a ARENA e a reconfiguração da política sergipana nas eleições de 1970

Alexandre Firmo dos Santos[1]
Maria Amélia Aragão Souza[2]

Resumo: Pretende-se com este artigo analisar a reconfiguração política em Sergipe a partir da membresia que compunha a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições de 1970, durante um regime ditatorial. Antes, porém lançaremos mão da historiografia produzida sobre o referido episódio, para explicar a anterioridade do pleito eleitoral como "plataforma" nas disputas partidárias locais. Em suma, as eleições de 1970 expuseram as desavenças e as incongruências existentes entre os nomes importantes das linhagens familiares.

Palavras-chave: Regime ditatorial; Eleições de 1970; Sergipe.

[1] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (Prohis/UFS). Lattes: http://lattes.cnpq.br/1087339266502031. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7951-3110. E-mail: alexandre.firmo98@outlook.com

[2] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (Prohis/UFS). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3198606759458601. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9306-3486. E-mail: mariamamelia14@gmail.com.

Equal legends, but different pretensions: an analysis of the ARENA and the reconfiguration of Sergipe politics in the 1970 elections

Abstract: This article aims to analyze the political reconfiguration in Sergipe based on the membership of the National Renewal Alliance (ARENA) in the 1970 elections, during a dictatorial regime. Before doing so, however, we will draw on the historiography produced on the aforementioned episode to explain the previous role of the electoral contest as a "platform" in local party disputes. In short, the 1970 elections exposed the disagreements and inconsistencies that existed between the important names of the family lineages.

Keywords: Dictatorial regime; 1970 elections; Sergipe.

Introdução

Desde a aparição da Escola dos Annales, ainda no século XX, houve uma renovação dos objetos pesquisáveis no campo da História, bem como das fontes que serviriam de embasamento para as investigações, ampliando, dessa forma, os horizontes historiográficos nos anos posteriores. Assim sendo, a própria História Política é acometida por essas mudanças e renovações já que o leque de interesses não se limitaria apenas ao aspecto político. No entendimento de René Rémond, "a esfera do político absorve problemas ou questões que não se colocavam antes e que aliás, em alguns casos, tornam a sair dela. Os contornos são pouco nítidos, mas hoje em dia poucos domínios escapam da política"[i]. Ou seja, o próprio fenômeno político é passível de interpretações sob outras lentes, por exemplo, o aspecto social.

Posto isso, o objetivo deste artigo é analisar a reconfiguração política em Sergipe a partir da membresia que compunha a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições de 1970. A fim de compreender melhor a constituição dos correligionários vinculados ao referido partido, será necessário recuar um pouco as balizas históricas cuja pretensão é inferir o delineamento das principais famílias que faziam parte dos partidos extintos pelo Ato Institucional nº 2, imposto durante o regime militar. Havia toda uma anterioridade que precisa ser levada em consideração, pois as diferenças entre os grupos políticos não surgiram sem explicações; pelo contrário, existiam motivações para além de simples rixas partidárias.

A propósito, as desavenças e reviravoltas marcariam o antes e o depois das eleições de 1970 em que nomes já consagrados no cenário político de Sergipe protagonizaram episódios que, posteriormente, seriam registrados pela historiografia como sendo "antológicos" por retratar as particularidades dos sujeitos envolvidos. Dentro de um contexto em que a Ditadura Militar no Brasil

(1964-1985) outorgava com "punhos de ferro" suas diretrizes aos governos locais, decidindo até quem ocuparia os cargos mais importantes, depreende-se as velhas intrigas partidárias na política sergipana.

Configuração política em Sergipe: a anterioridade das eleições de 1970

Poderíamos neste tópico destrinchar ponto a ponto os cenários políticos que antecederam as eleições de 1970, mas isso seria evidentemente exaustivo. Nesse sentido, nos deteremos apenas a alguns momentos na história política sergipana que endossam uma contextualização que explicite de uma forma compreensível o surgimento das desavenças entre grupos políticos quase que hegemônicos, por isso lançaremos mão do período denominado por Ibarê Dantas (2022) de "*Estado Populista e o Domínio dos Pecuaristas (1946-1964)*". Percebe-se que o recorte temporal alcança até o golpe civil-militar, no qual demonstra a conjuntura propícia para o discurso anticomunista.

Em 1946, o governo Dutra que se estendeu até 1951, iniciaria um novo processo no cenário político brasileiro no qual se pautava na industrialização do país e na contenção dos movimentos populares; apesar do apoio de Getúlio Vargas a sua candidatura, enfrentou o que seria uma reorganização oposicionista durante as eleições em 1945. Merece destaque os nomes de Ilêdo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, e o de Luiz Carlos Prestes não só pelo histórico existente na carreira política, mas por serem lançados candidatos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que deixava a clandestinidade após o período do Estado Novo (1937-1945). Nesse ínterim, o governo Dutra foi gerido em contexto de Guerra Fria no qual o Brasil foi prontamente influenciado no que diz respeito à política interna do país.

Ao final do Estado Novo, Sergipe sofreria mudanças pontuais em sua administração, contudo, os subsequentes governos provisórios são marcadamente característicos desse momento na história política local. "Para

cumprimento do calendário eleitoral, foram se sucedendo os governantes provisórios. Francisco Leite Neto, que substituiu Maynard, em 05.11.45 passou o cargo ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Hunald Santaflor Cardoso, que haveria de governar até o fim de março do ano seguinte"[ii]. Assim como o pleito nacional chamaria atenção pelos candidatos do Partido Comunista participarem em cargos consideráveis, em Sergipe, o que surpreendeu foi a vitória do presidente dessa sigla partidária para Câmara dos Deputados.

> *A essa altura, meados de 1946, iam-se esboçando as tendências do novo quadro político. O regime autoritário era substituído pelo liberal-democrático. O governo central diminuía o nível de ingerência na política interna. O índice de votantes aumentava consideravelmente. As massas urbanas passavam a influir de forma mais decisiva no processo eleitoral. Num momento em que o número de senhores do açúcar já se achava bastante reduzido, os pecuaristas ascendiam com muito ânimo ocupando o cenário, influindo na vida partidária. O pluripartidarismo, que se ensaiou nos anos 1933-35, voltava com mais vigor. A dominação interna, mais do que nunca, passava a ser definida pela competição partidária local*[iii].

Essa "competição partidária" em Sergipe foi levada a sério, pois as linhagens de famílias tradicionais na política local passaram a se articularem com mais expertise já que a conjuntura nacional, por seu turno, redesenhava as disputas a serem travadas e os seus participantes. A União Democrática Nacional (UDN) era formada por uma miscelânea de interesses calcados em dissidentes do Partido Comunista, das elites locais ou daquilo que sobrou delas; além de que havia socialistas democráticos e um substancial contingente formado pela classe média urbana[iv]. A competição seria intensa, em solos sergipanos, já nas eleições para governo estadual em 1947, uma vez que se revelavam, mediante as coligações partidárias, os nomes de Leandro Maynard Maciel, Francisco Leite Neto e Luiz Garcia, por exemplo. Nomes que mais tarde seriam preponderantes nas

eleições de 1970, mas, por ora, focaremos em momentos pontuais da política sergipana.

Segundo Dantas, "[...] em Sergipe, onde o partido já contava com uma influência ponderável, as reações se desencadearam na Assembleia e nas ruas. Mas a orientação do governo Dutra, pressionado pelos grupos de direita, era de reprimir a qualquer custo as manifestações populares"[v]. Portanto, já se observa que determinadas práticas políticas eram apenas orientações e "tendências" do governo federal, mesmo assim, havia algumas particularidades existentes ou "dinâmicas do poder" como preferiram denominar Leandro e Santos (2010) ao se referirem à política em Sergipe. Dentre elas, durante a década de 50, no governo de Arnaldo Garcez (1951-1955), houve o crescimento da "violência" política – prática recorrente contra opositores.

Mais uma vez o âmbito nacional influenciaria a política sergipana em que a culpabilidade da morte de Getúlio Vargas recairia sobre os ombros dos udenistas. Apesar disso, Leandro Maciel conseguiria se eleger em 1955 e daria início a uma hegemonia udenista, mas essa vitória não foi um mero acaso já que vinha sendo construída uma base vitoriosa por seus correligionários. A vitória udenista e a sua consequente administração no governo estadual não coibiram o fenômeno da violência política que envolvia as "grandes famílias" dirigentes ou pessoas com prestígio político a elas vinculado.

No que se referem às "grandes famílias" estas se asseguram nos "recursos sociais" utilizados para manter as estruturas e legitimar sua permanência no poder. Para tanto, os postulantes aos cargos políticos se valem dos meios estratégicos pautados nos referidos recursos sociais em que "observa-se uma concepção de política 'conservadora', 'arcaica' que tende a perenidade das 'grandes famílias' nas lideranças e a competições desiguais de recursos políticos entres os agentes"[vi]. Assim sendo, esta configuração política em Sergipe ganhava

força a cada eleição e os partidos PSD e UDN que desde 1945 rivalizavam lançando nomes oriundos dessas linhagens familiares.

A sequência governamental implementada pela UDN em Sergipe colocou no posto Leandro Maciel (1955-1959) e Luiz Garcia (1959-1962), os quais administrariam a máquina pública mediante uma lógica de "manutenção" das estruturas constituídas, mas resguardando as peculiaridades de cada governante. Essa hegemonia se encerraria com a chegada ao poder de Seixas Dória (1963-1964) que, através de uma coalizão chamada Aliança Social Democrata (ASD), deu a vitória ao novo governante "rompendo" com o partido da situação[vii].

Seixas Dória vivenciaria um contexto completamente adverso, pois seria deposto pela influência do golpe civil-militar executado contra João Goulart (1961-1964). Apoiador ferrenho das "reformas de base" e detentor de ideias que convergiam com o presidente que sofrera o golpe, ou seja, as suspeitas de que Seixas Dória era um comunista pelo fato de simpatizar-se com os ideais de Goulart, foram suficientes para que as elites sergipanas e ala conservadora demonstrasse insatisfação com os seus dizeres e pronunciamentos carregados de simbolismos que indicavam sua predileção ou "aproximação" ao comunismo. Após a deposição de Seixas Dória, os militares se incumbiram de pôr em seu lugar o seu vice Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967) no desenrolar da Ditadura Militar (1964-1985).

Diante do exposto, a pretensão deste tópico é abordar, em linhas gerais, as tramas e as linhagens familiares[viii] que configuravam a política sergipana, segundo a qual consagrava nomes e partidos que se imbricavam pelos postos de poder. A propósito, cabe ressaltar que este momento serve como uma espécie de "quadro" geral que antecede a reconfiguração partidária no pós-golpe, isto é, com o regime já implantado houve, por força da imposição, uma recombinação dos partidos dentro dos ditames previstos pelo Ato Institucional nº 2[ix]– o bipartidarismo que

permitia na prática a existência de dois partidos, quais sejam: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ainda neste artigo nos deteremos a destrinchar os meandros desse novo momento na política local que abordará as recombinações partidárias, especialmente a ARENA, em torno das exigências dos governos militares.

O governo de Lourival Batista

Lourival Baptista é considerado um político renomado, mas não é apenas por ter assumido o cargo de Governador de Sergipe, entre os anos de 1967 até 1971, posto que esse fator marca um entre os milhares de eventos que foram destaques tanto em sua história como também na sua ampla dedicação ao âmbito político.

A sua nomeação como governador foi a primeira a ser escolhida durante a gestão dos militares, em meio a uma disputa envolvida por grandes nomes do Estado, como o de Leandro Maciel (ARENA) e Augusto Franco (ARENA). Para Dantas[x], Lourival se aproveitou, naquele momento, do impasse gerado na sucessão estadual e, explorou das relações pessoais junto à presidência, assim, acabou sendo escolhido governador, mesmo que não fosse a figura mais importante entre os políticos no cenário estadual e, muito menos, na esfera nacional. Consequentemente, é notório que a figura política do Lourival Batista ganhou uma maior notoriedade, a partir da deflagração do golpe no ano de 1964.

O *slogan* de seu governo, "Pacificação e Desenvolvimento", visava a diminuição dos índices de violência no Estado no setor político e também para uma gestão centrada na luta por ações desenvolvimentistas na área econômica, fatores que geraram uma maior proximidade com o governo militar, tendo em vista que alguns aspectos característicos do seu governo se assemelhavam com o sistema presidencial militar vigente na época.

Sendo possível destacar para exemplificação, a valorização das obras "faraônicas" e, assim, denotar a obra mais marcante de sua gestão, o popularmente conhecido como o "Batistão", estádio de futebol que ganhou o seu nome no ano de 1969. O local assume grande importância em Sergipe até os dias atuais, posto que é o principal estádio de futebol tanto de Aracaju como do Estado em si e já recebeu grandes eventos, é exemplo a sua própria inauguração que recebe nada mais nada mesmo que o Rei do futebol, Pelé, o qual realizou o primeiro toque na bola entre o amistoso com a Seleção Brasileira e a Seleção de Sergipe.

No entanto, ao se realizar uma ampla análise da gestão, principalmente no seu cargo de governador de Sergipe, é possível identificar algumas problemáticas que geraram grande insatisfação por parte da imprensa e da população. Como já dito anteriormente, Lourival possuía na sua gestão como inspiração os fundamentos administrativos dos militares, no entanto, ao tecer as críticas, o direcionamento era central apenas ao comando estadual, havia um certo desmembramento acerca dessas similaridades.

A priorização das grandes construções em Sergipe, eram vistas por ser a principal razão do desfalque nos investimentos financeiros centrados para o suprimentos necessários para a subsistência da população sergipana, como a saúde, educação, transporte, entre outros e, direcionaram para o que iriam encher os olhos do povo, apenas pela grandiosidade que possuíam as obras, sensação que logo desaparecia ao se perceber que o dinheiro público estava centrado, em sua maior parte, apenas a esses serviços.

Por isso, houveram algumas confrontações entre nomes políticos, relacionado a gestão política e econômica em um embate de questionamentos para desqualificar Lourival Batista e exaltar outros nomes políticos que poderiam ser melhores na troca das figuras política no cargo de governador, é exemplo o Leandro Maciel, uma outra personalidade marcante da política de Sergipe.

Embora a imprensa e numerosas pessoas comparassem e tomassem partido acerca de Leandro Maciel e Lourival Batista, a fim de gerar conflitos políticos entre os dois, devido às suas muitas diferenças, ambos não estavam interessados nesse conflito, pois possuíam um interesse mútuo, a busca por enfraquecer outros adversários em comum dos dois, tendo em vista que ambos estavam filiados ao mesmo partido, a ARENA. Como homens públicos experientes, eles tinham consciência de que não lhes convinha explicitar as divergências políticas, pelo menos naquele momento. Nesse jogo, que os leigos nem sempre compreendiam, eles continuavam defendendo publicamente um ao outro até quando cada qual julgasse conveniente[xi].

A ARENA, como o partido político dos governos militares, era vista como uma ala política de acomodações, devido ao apoio à predominância dos oligarcas no poder, o que gerava a frustração das mudanças e causava obstáculos no âmbito político. Na visão da *Gazeta de Sergipe*, era a falta de preocupação em se trabalhar para fornecer o desenvolvimento da região em que se estava governando, pois o foco do governo de Batista ficava apenas direcionado às práticas que beneficiam sua posição no setor eleitoreiro, é exemplo envolvimento da prática clientelista com as empresas estatais, fator resultante do oportunismo eleitoreiro, uma industrialização que somente privilegiava o externo e o capital estrangeiro, ao invés do interno e do capital nacional, o que tornou a economia estagnada, além da usurpação dos direitos profissionais e do povo, com o objetivo de direcionar o bem monetário estatal, em sua maior parte, para as obras "faraônicas".

Em meio a tantas insatisfações com as medidas do governo de Lourival, surgiram grandes debates que discutiam a elaboração de ideias voltadas para qual o caminho que a administração governamental deveria seguir, em relação aos aspectos que estavam em instabilidade daquele período e que precisavam

da devida atenção do governo para a reestruturação política e a superação das crises que assolavam o mandato.

Destarte, a elaboração das reformas na área comercial seria essencial para a redução dos custos e a garantia de lucros reais. Já no âmbito industrial, além do incentivo da criação de pequenas e médias indústrias, seria importante que a política fiscal estivesse em foco, pois foi chegada a conclusão de que os contribuintes industriais e agrícolas deveriam receber formas de descontos percentuais no sistema tributário do *Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),* como uma maneira de estimular e agradecer as suas produções, ademais, novas técnicas de produção agrícola deveriam ser implementadas, como o estímulo e o financiamento da *Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE)*, uma forma de focar no privilégio da produção das riquezas locais e no auxílio das suas possíveis crises, como foi presente a crise da exploração do açúcar no início da década de 70 em Sergipe.

Este fato alarmou para a tomada de decisões que já vinham sendo discutidas no anos anteriores, mas que nada estava sendo realizado, no que se refere a busca por inovações no setor produtivo interno e local, por isso, a urgência da inserção de novas metodologias no âmbito da agricultura, no caso da produção açucareira, a maior utilização das usinas ou no caso da plantação de laranja, em que se faltava insumos básicos, como mudas para o cultivo, o que torna evidente o descaso a esse setor, gerado, principalmente, pela crença de que só a industrialização irá fornecer o desenvolvimento econômico ao Estado, sem perceber a importância da agricultura.

Por fim, um maior envolvimento do Banco do Estado, a fim de realizar estímulos, como uma menor taxa de juros aos produtores e uma abertura de crédito suplementar para reforço de dotações administrativas, como alternativa de recuperação ao desperdício de dinheiro público, pois de nada adianta o esforço

de elaborar tantas medidas direcionadas para o amenizar da corrupção no país, se nas regiões estaduais não haver a mudança política de fato.

Diante de tantas conturbações governamentais, Lourival renuncia ao seu cargo de Governador do Estado em Sergipe, para tentar a disputa ao Senado, o que faz gerar um certo alvoroço na política de Sergipe com a sua substituição temporária ao cargo até as eleições de 1971. Sendo assim, o novo governador de Sergipe, João Andrade Garcez, toma posse no dia 6 de junho de 1970.

A indicação do novo governante sergipano seguiu o mesmo ritual da política do regime autoritário. Em meio a muita divergência interna entre os principais chefes políticos locais, a Presidência arbitrou, concedendo o prazo de 72 horas para a executiva arenista apresentar a lista tríplice. Desta relação, o general Médici escolheu João Andrade Garcez, tendo como vice Manoel Prado Vasconcelos. Dois dias depois, a Assembleia homologou-os e, após mais dois dias, empossou-os[xii].

A escolha de Garcez ao cargo trouxe a esperança de marcar o fim das oligarquias política em Sergipe, a superação dos problemas presentes no governo anterior, como a crise econômica, a necessidade da valorização dos recursos minerais existentes na região, a organização da administração pública e o seu comprometimento com o sistema governamental dos militares.

Apesar da pequena duração do seu mandato, Garcez fez questão de escolher o seu próprio secretariado com experiência, o que o ajudou a vencer as dificuldades. Em meio a esses problemas, João Andrade Garcez iniciou a reforma administrativa, a construção de adutoras para o sertão, mas considerava como grandes feitos de seu governo as obras de preparação para o Porto, a liberação da *TV* e sobretudo, ter conseguido que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador, como queria o então presidente da referida estatal, general Geisel.

A GS julgava, em todos esses três empreendimentos, decisiva a interferência do presidente Médici a quem atribuía grandes benefícios proporcionados à Sergipe. Além disso, em seu governo tentou-se renovar o setor educacional e desenvolveu uma ação cultural, voltada sobretudo para a preservação da documentação do Arquivo Público e dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico, tudo sob a liderança dinâmica do seu secretário de Educação, Dr. Nestor Piva[xiii]. Arrumação necessária da situação do Governo de Sergipe para a chegada efetiva da mudança com as novas eleições e com a escolha do novo governador, assumindo por Paulo Barreto de Menezes, em 15 de março de 1971.

Legendas iguais, mas pretensões diferentes: as eleições de 1970

Tendo em vista o panorama da configuração política em Sergipe e a questionada gestão de Lourival Batista que prepariam o terreno para as dissensões entre as legendas partidárias e os seus personagens envolvidos, estes intercalavam-se no poder cada qual com suas artimanhas a fim de lá permanecer. Vale lembrar que com o decreto do AI-2 houve o que denominamos neste escrito de "reconfiguração" da política local a começar pelos partidos, os quais, com a instauração do regime militar, deveriam alocar os partidos dentro de dois grandes grupos: ARENA (partido situacionista) e MDB (oposição consentida pelo governo militar).

Antes de abordarmos detidamente sobre as eleições realizadas em 1970, é de bom alvitre discorrer sobre essa redistribuição partidária enfatizando o partido situacionista, isto é, a ARENA. Evidentemente que não podemos afirmar que o processo de reconfiguração partidária antes de 1964 se deu da mesma forma em outros estados brasileiros até porque cada um tem sua dinâmica local. No caso de Sergipe, a ARENA é composta majoritariamente pelos ex-integrantes do PSD e UDN que, como já fora explicitado linhas atrás, foram os partidos mais hegemônicos

durante o período de 1945 a 1964 – os governantes dessa época se revezaram no poder[xiv]. A eleição de Lourival Batista estremeceria as estruturas dos grupos políticos já alinhavados pelas aproximações dos interesses não porque ele se candidatou ao governo no pleito de 1966, porém pela forma ardilosa em que penetrou na disputa ao atrair para si os olhares incomodativos dos seus adversários.

A astúcia de Lourival Batista foi suficiente para garantir sua vitória no pleito de 1966, deixando para trás outros candidatos de "nome" que, outrora, figuravam no cenário político. Não temos a intenção de retomar os debates sobre sua gestão, contudo, vale frisar quão ameaçadora foi sua presença nesse processo eleitoral já que o seu nome nem era cogitado, mas foi ganhando força graças às suas articulações pessoais.

Nessa mesma eleição de 1966, a ARENA conseguiu ocupar quatro das seis vagas possíveis no cargo de deputado federal, destaca-se a vitória de Luiz Garcia e de Augusto do Prado Franco – ambos oriundos da UDN. "Mesmo com o seu peso reduzido em eleições subseqüentes, pode-se dizer que a UDN foi à principal escola política dos deputados federais eleitos, pois os seus representantes se caracterizaram por uma longa trajetória dentro do partido anterior [...]"[xv]. Para Montalvão e Seidl, essa longa "trajetória" na política sergipana foi imprescindível na coesão da bancada eleita, embora em outros pleitos os ex-udenistas foram perdendo o peso da representação, mas não deixaram, em certa medida, de ter um representante na câmara dos deputados.

É de suma importância discorrermos sobre o processo de formação dos únicos partidos autorizados pelo regime militar a participarem das eleições, caracterizando o bipartidarismo previsto no AI-2. Para tanto, Dantas[xvi] nos apresenta um "quadro" comparativo dos filiados aos partidos em que o MDB sofria com a "escassez" de nomes para lançar candidatura pela legenda; por outro lado,

a “abundância” era evidente na ARENA. A propósito, isso foi um tremendo problema durante o processo das plenárias, isto é, as assembleias para escolher os nomes que saíram concorrendo aos cargos em disputa. Como já foi dito, o problema que estava sendo criado por ter tantos personagens políticos dentro de uma mesma legenda se dá em função das suas origens partidárias, as quais são diversificadas e isso é perceptível pelas manifestações de apoio ao candidato “A” ou “B” mesmo ambos sendo do mesmo partido, nesse caso, a ARENA já que a grande parte dos políticos a escolheram e a ela filiou-se.

“Entre os membros da ARENA a tônica da campanha foi a competição exacerbada dos candidatos entre si, marcada pela compra de votos e outros procedimentos nada abonadores”[xvii]. A partir desta citação observa-se que a chantagem e as práticas de suborno tomaram conta das reuniões e dos acordos tácitos entre os correligionários. Dessa forma, o resultado foi um completo domínio da ARENA nas eleições de 1966 que não só elegeu o governador pela sigla como também 14 deputados estaduais, 4 deputados federais e 1 senador[xviii].

Montalvão e Seidl fazem uma análise nos integrantes da ARENA oriundos do outro polo de força na política sergipana, referem-se aos partidos do PSD e o PR que antes do golpe somaram forças e articularam candidaturas de forma mútua a fim de rivalizar com a UDN[xix]. A partir das eleições de 1966, houve os lançamentos dos candidatos que, mesmo em nome da sigla ARENA, mantiveram suas desavenças para com os udenistas, cuja intenção era medir forças com os seus reais opositores que não estavam concorrendo pela legenda de oposição consentida pelo regime militar. As eleições de 1970 têm muitos elementos desse período bipartidário da política em Sergipe, segundo a qual a ARENA tem grande destaque nos estudos por catalisar diferentes grupos que por vezes foram rivais ferrenhos ao longo de décadas, porém estavam reorganizados no mesmo partido.

Sobre isso Rafael Madeira sintetiza:

> *Em virtude do fato da ARENA ser a grande matriz a partir da qual boa parte dos quadros dos partidos atualmente considerados como conservadores teve sua iniciação política, acredita-se que a análise das trajetórias político-partidárias destas elites torna-se um relevante locus para um maior aprofundamento do debate acadêmico acerca deste tema*[xx].

Ao estudarmos as eleições de 1970 ocorridas em Sergipe se faz necessário compreendermos como ficaram as estruturas da ARENA no período do bipartidarismo, seus personagens, as disputas pelo poder já que o mesmo pode ser entendido como algo inerente aos indivíduos e às instituições, embora existam outras concepções[xxi]. Percebe-se as possibilidades do poder ser instrumentalizado em virtude de causas pessoais ou de grupos partidários que compactuam dos mesmos ideais, tudo isso será observado nas eleições de 1970, salvo as devidas proporções, se comparadas as anteriores.

O primeiro e talvez o principal evento que marcaria a "corrida" eleitoral do referido ano é a renúncia de Lourival Batista ao cargo de governador, seguido por seu vice que, naquela altura, também recusaria ao posto de mandatário devido às pretensões pessoais. "Quando Lourival Batista renunciou, em 14.05.1970, seis meses antes das eleições, para candidatar-se ao Senado criou um problema institucional para o governo federal resolver"[xxii], mas engana-se que essa celeuma seria fácil de resolver já que envolvia políticos de longa carreira que colocavam suas diferenças em pauta e as reforçava. No que se refere à renúncia do Lourival Batista, o editorial da *Gazeta de Sergipe* (GS) reclama sua imparcialidade sobre o ocorrido:

> *Chega ao fim, afinal, o Governo do dr. Lourival Batista, deixando em todos uma oferta de melancolia, foi um período que será devidamente analisado por editoriais. Esta coluna, não se perderá em fazer análises. Sua função é outra. Mas o povo, deverá fazer um julgamento do político e homem público que é Lourival. E como somos dos que acreditam na*

> *capacidade do povo em escolher os seus representantes [...]*[xxiii].

A GS confirma a renúncia de Lourival, mas também reafirma sua imparcialidade diante da situação, deixando transparecer a principal funcionalidade do veículo de comunicação: informar a população sem tendências. No desenrolar dos fatos, os nomes que concorreram às eleições de 1970 já tinham sido escolhidos e aprovados tanto pelo diretório da ARENA em Sergipe quanto pela alta cúpula do governo militar[xxiv] que, por sua vez, enfrentava uma problemática que exigia urgência em sua resolução porque o processo de elaboração da lista tríplice foi marcado por interferências e objetivos díspares entre os envolvidos. O nome de Paulo Barreto de Menezes ecoou com força no meio dos militares em função da articulação de Lourival Batista que fez as considerações do seu indicado se valendo da sua boa relação e atuação em prol da "Revolução".

Ibarê Dantas nos conta que "a influência no processo eleitoral, que marcaria o último trimestre de 1970, ficou a cargo de Paulo Barreto de Menezes que, como candidato indicado, tornara-se delegado da 'Revolução' para empenhar-se pela eleição dos seus correligionários da ARENA"[xxv], essa atuação tinha respaldo dos próprios militares que, consequentemente, lhe qualificaria perante o presidente da República no momento da escolha. O referido governante só começaria sua gestão em 15 de março de 1971, pois haveria as eleições gerais para outros cargos em disputa – senador, deputado federal e estadual. Assim sendo, cooperaria com os seus colegas de partido nas articulações para as eleições de 1970 em que:

> *a ARENA concorreria às eleições de 1970 com 2 (dois) candidatos ao Senado, 9 (nove) para Câmara dos Deputados e 20 (vinte) para a Assembleia Legislativa. Na esfera do MDB, a carência de nomes à altura das candidaturas continuava, sobretudo para o Senado e para a Câmara dos Deputados. Para a "Câmara Alta", a situação lembrava a de 1966 [...]. A*

> *campanha foi marcada pela desproporcionalidade de condições na competição eleitoral*[xxvi].

Pode-se inferir que a discrepância durante as campanhas eleitorais envolvendo os candidatos de ambos partidos foram cruciais no resultado final, pois o domínio da ARENA foi amplo. Embora outros detalhes se apresentassem como elementos preponderantes no processo, mas que seriam rechaçados pelos militares: as reivindicações de liberdade e defesa dos direitos humanos[xxvii]. A GS acusou o candidato do MDB ao cargo de senador de estar sendo ajudado por Leandro Maciel, o qual se desentendera com Lourival Batista nas eleições anteriores, contudo, as mágoas e o rancor permaneceram.

Ainda cabe apontar um segundo evento que contribuiu, em certa medida, com o dificultoso e problemático pleito de 1970. Referimo-nos à escolha do governo "tampão", uma vez que o futuro governador Paulo Barreto de Menezes que cumpriria o mandato de 4 (quatro) anos já fora indicado pelo presidente da República e só assumiria no ano seguinte. No que concerne o governo "tampão" como a própria nomenclatura já pressupõe, este era uma administração temporária a fim de preparar o "terreno" para o sucessor que já era sabido por todos os políticos locais. Não bastassem as polêmicas envolvendo a corrida e a consequente vitória de Lourival Batista, bem como da escolha escusa de Paulo Barreto de Menezes; haveria, portanto, mais um capítulo das acirradas disputas políticas.

A escolha do governo que ocuparia o cargo de forma temporária seguiu os trâmites dentro das normas estabelecidas pela "Revolução", isto é, mediante a lista tríplice. Evidentemente que todos os imbróglios já supracitados em outras eleições se fariam presentes novamente, porquanto, buscando obter mais celeridade no processo de escolha dos candidatos a serem inseridos na lista, houve uma intervenção do próprio presidente Médici na situação, em que "a presidência

concedeu o prazo de 72 horas para a Executiva arenista escolher o nome que governaria Sergipe nos nove meses subsequentes"[xxviii]. Escolheram-se os nomes de João Andrade Garcez e de Manoel Prado Vasconcelos para que ocupassem, respectivamente, os cargos de governador e vice-governador.

Após a escolha dos integrantes do governo temporário, houve, por parte dos adversários políticos, uma descredibilização por não encontrar nas figuras de Garcez e do seu vice a expertise em que aqueles cargos requeriam. Se valendo da confiabilidade dos próprios militares nessa nova gestão, algumas medidas começaram a ser tomadas a fim de preparar a máquina pública para o governador Paulo Barreto de Menezes, por exemplo, a escolha por parte de Garcez do seu secretariado que o acompanharia temporariamente. Pela juventude e inexperiência dos escolhidos para as diferentes pastas administrativas do governo estadual, foram tachados por seus opositores como "jardim da infância" – mais uma tentativa jocosa de ridicularizar os indicados do seu desafeto político[xxix].

Percebe-se que o impacto da escolha dos nomes indicados por Lourival Batista tanto para a gestão temporária quanto para o mandato completo que se iniciaria no ano seguinte surtiram um efeito de inconformidade nos demais partidários. Em um cenário de reformulação política o qual suscitaria decisões que, outrora, seriam impensáveis devido às agendas dos diferentes grupos envolvidos – a influência das "linhagens" familiares ainda permeava a política sergipana. Dessa forma, as eleições de 1970 é um reflexo dessa miscelânea de interesses no qual se observou as desavenças que aviltavam políticos algozes, mas também serviu para entendermos as diferentes articulações quando se trata de um mesmo propósito.

Considerações

A anterioridade existente sobre as eleições de 1970 remonta um cenário político que, embora, guarde suas particularidades expõe determinados elementos constitutivos dos quadros partidários que se seguiriam. Amplamente marcados por desentendimentos, subornos, intervenções e reviravoltas, a política sergipana tem no seu histórico episódios que não se dissociaram ou estiveram apartados da corrida eleitoral. Assim sendo, as linhagens familiares articulavam suas parcerias como também cerravam fileiras para enfrentar os seus adversários.

Pudemos inferir que as eleições de 1970 não fogem do cenário construído desde a fase política que opôs as legendas partidárias UDN e PSD, nas quais nomes graúdos como Leandro Maciel e Luiz Garcia dominaram os pleitos para o governo estadual. Vimos esse período de domínio udenista chegar ao fim com Seixas Dória e, tempos depois, ganhar novos ares com a ascensão dos militares ao poder em nível nacional que, consequentemente, afetaria a configuração política local. Esta, por seu turno, seria reconfigurada em dois principais partidos, ARENA e MDB, os quais seriam as únicas siglas partidárias permitidas pela Revolução.

Mudaram-se os tempos ante as eleições de 1970, mas as desavenças continuaram. Dito de outra forma, as legendas partidárias passaram a ser iguais como se fossem padronizadas a fim de seguirem as diretrizes dos militares; contudo, as origens partidárias dos candidatos que a elas se filiaram eram diferentes refletindo em suas agendas políticas. Considera-se, portanto, que apesar de ocuparem o mesmo espaço dentro da ARENA a bancada que representava Sergipe deixava transparecer os rancores do passado que ainda não tinham sido superados.

Notas

[i] REMOND, R. Por que a história política?. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan/jun, 1994. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1975. Acesso em: 08 jan. de 2024. p. 17.

[ii] DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República 1889-2000. 2. Ed, Aracaju: Editora SEDUC, 2022. p. 144.

[iii] Idem, p. 145.

[iv] SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil**: uma biografia. 2. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

[v] DANTAS, *Op. Cit.,* p. 148.

[vi] LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. "Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 6, n. 12(b)., dezembro, 2010, Disponível em: https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/316. Acesso em 10 jan. 2024.

[vii] DANTAS, *Op. Cit.,* 2022.

[viii] A ideia de linhagens familiares leva em consideração o teor do tradicionalismo e da hegemonia dos grupos políticos que se utilizam de diferentes instrumentos para manter-se no poder, perpetuando, dessa maneira, a linhagem da família. Preservando-se a sua importância e o seu poderio nos moldes "nobiliárquicos" (SAINT-MARTIN, 1980).

[ix] Conforme o artigo 18 do AI-2, em que declara: "Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros" (BRASIL, 1965). Ao mesmo tempo em que define as condições para criação de novos partidos políticos.

[x] DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984).** 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

[xi] DANTAS, *Op. Cit.,* 2022.

[xii] Idem, p. 220.

[xiii] Idem, p. 220-221.

[xiv] MONTALVÃO, A. T.; SEIDL, E. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 6, n. 3., março, 2010, Disponível em: https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/134. Acesso em 10 jan. 2024.

[xv] Idem, p. 03.

[xvi] DANTAS, *Op. Cit.,* 2014.

[xvii] Idem, p. 67.

[xviii] Idem.

[xix] MONTALVÃO; SEIDL, *Op. Cit*., 2010.

[xx] MADEIRA, Rafael. M. O padrão de carreira política dos deputados federais da ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais. **Revista Mediações**, Londrina-PR, v.8, n.2, p. 83-117, jul./dez., 2003. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9070. Acesso em 2 mar. 2024.

[xxi] FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[xxii] DANTAS, *Op. Cit.,* 2014, p. 136,

[xxiii] GAZETA DE SERGIPE, 14 de maio de 1970, p. 4.
[xxiv] As escolhas eram feitas pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice que continham os nomes dos candidatos ordenados pela quantidade de votos dos seus pares durante o diretório do partido.
[xxv] DANTAS, *Op. Cit.*, 2014, 139.
[xxvi] Idem, p. 139-140.
[xxvii] Idem.
[xxviii] Idem, p. 137.
[xxix] Idem.

Fontes
Gazeta de Sergipe (SE) – 1970-1971.

Referências
BRASIL. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução Vitoriosa. Brasília, DF: Constituição Federal, 1988.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República 1889-2000. 2. Ed, Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984).** 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. "Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 6, n. 12(b)., dezembro, 2010, Disponível em: https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/316. Acesso em 10 jan. 2024.

MADEIRA, Rafael. M. O padrão de carreira política dos deputados federais da ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais. **Revista Mediações**, Londrina-PR, v.8, n.2, p. 83-117, jul./dez., 2003. Disponível em:

https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9070. Acesso em 2 mar. 2024.

MONTALVÃO, A. T.; SEIDL, E. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 6, n. 3., março, 2010, Disponível em: https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/134. Acesso em 10 jan. 2024.

REMOND, R. Por que a história política?. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan/jun, 1994. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1975. Acesso em: 08 jan. de 2024.

SAINT MARTIN, Monique de. "Une grande famille", in: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, 1980.

SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil**: uma biografia. 2. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

Recebido: 18/06/2025
Aprovado: 27/11/2025
Publicado: 30/12/2025